

**DEMOCRACIA E PARTICIPAÇÃO: UMA REFLEXÃO SOBRE ALGUNS  
ELEMENTOS PARA O SEU EXERCÍCIO**

**DEMOCRACY AND PARTICIPATION: A DISCUSSION OF SOME ELEMENTS  
FOR YOUR EXERCISE**

Se houvesse um povo de deuses, esse povo governaria democraticamente”.  
Rosseau

Prof. Doutor Sebastião Trogo

Prof. Waidd Francis de Oliveira

Aline Carla Ferreira Teixeira dos Santos Gherardi

Caroline Gonçalves de Araújo Vieira

Fernando da Silva Barros

Michelle Christine Costa Negro

Talitha Araújo Santos

**Resumo:**

Em estudos realizados pelo grupo de estudos de Direito Constitucional e Filosofia, da Faculdade de Direito de Conselheiro Lafaiete, ficou perceptível que em uma sociedade democrática se faz necessário a presença de alguns elementos essenciais. Tais elementos compõem e revigoram a própria essência da democracia, são eles: Informação, Igualdade de Condições e Participação. A informação é um elemento imprescindível para tomadas de decisões, é através deste quesito que se pode efetivar a participação de forma livre, justa e consciente. Por Igualdade de Condições entende-se a possibilidade de todos serem tratados igualmente, sem distinções de classes ou de qualquer outra ordem, oportunizando a cada cidadão a liberdade de escolha e a oportunidade de serem ouvidos perante todos, contribuindo com um governo democrático com o mesmo peso dos demais. Já através da participação é que todos poderão exercer a parcela de poder depositada nas mãos de cada cidadão pelas constituições dos Estados Democráticos.

Palavras- chave: Democracia. Informação. Igualdade de Condições. Participação. Cidadão

**Abstract:**

In studies conducted by the Study Group on Constitutional Law and Philosophy Faculdade de Direito de Conselheiro Lafaiete became apparent that in a democratic society it is necessary the presence of some essential elements. These elements constitute the very essence and invigorate democracy, it are: Information, Participation and Equality of Conditions. Information is an essential element for making decisions, is through this question that can effect the participation of free, fair and conscientious. On Equality of Conditions means the possibility of everyone being treated equally, without distinction of class or any other order giving opportunities to every citizen the freedom of choice and opportunity to be heard before everybody contributing to a democratic government with the same weight as others. Through participation is that everyone can exercise the amount of power deposited in the hands of every citizen in the constitutions of the democratic states.

Key Words: Democray. Information. Equality of Conditions. Citizen

## Introdução

Este trabalho é fruto de um estudo realizado por alunos e professores da Faculdade de Direito de Conselheiro Lafaiete durante um determinado período, com o objetivo de desenvolver uma pesquisa sobre alguns pontos que poderiam facilitar o desenvolvimento da democracia, ampliando o exercício e principalmente a sua legitimidade.

Durante os textos apresentados e propostos pelos professores e as discussões realizadas nos encontros do Grupo de Estudo “FILOSOFIA E CONSTITUIÇÃO” com o tema “DEMOCRACIA E O DIREITO” fizemos um estudo sobre quais seriam os elementos qualitativos primordiais para que uma sociedade seja não só considerada democrática, mas também pratique este instituto com efetividade. O grupo concluiu que informação, igualdade de condições e participação, agregando tudo isso a um amplo diálogo, seriam os que mais se identificariam com a formulação de uma democracia real, participativa, que pudesse alcançar os anseios de uma determinada comunidade. Ficou perceptível nos textos analisados que a informação é um dos requisitos mais importantes para o desenvolvimento ou efetivação de uma democracia, partindo do pressuposto que somente através do acesso ao conhecimento por meio da informação e por sua vez aos direitos e deveres dos cidadãos, claramente conhecidos, pode-se favorecer a igualdade de condições, motivando a participação.

Aliás, para qualquer ato ou atitude que temos no dia a dia, independente do campo de atuação, a informação sempre surgirá como um pressuposto necessário e insubstituível para a tomada de qualquer decisão.

Este artigo não pretende, logicamente, esgotar a discussão sobre o tema, mas provocar ainda mais as discussões na busca por um método onde todos os interessados possam participar das decisões que sempre afetam o seu cotidiano.

## 1. Informação

A informação é um quesito de extrema importância para qualquer situação ou tarefa que empreendemos. Sem a informação não conseguimos nem mesmo tomar qualquer decisão. Ao tratarmos de uma decisão política, é necessário termos o mínimo de conhecimento teórico e prático do que se passa, para que aquela decisão seja a mais equânime possível.

O professor Octaciano Nogueira em seu livro *Introdução à Ciência Política*, faz o seguinte comentário condizente com a afirmação acima:

“Para participarmos politicamente das decisões que nos interessam ou que nos dizem respeito, necessitamos de algo mais que opinião. Precisamos de informação sobre o que vamos decidir. Imaginemos que numa determinada cidade, o prefeito resolva fazer uma consulta pública sobre contribuição de melhoria e os eleitores devam responder sim ou não, algo muito simples. Se eu não souber o que é essa contribuição, poderei até votar. O risco que corro é votar contra o meu próprio interesse ou contra o interesse coletivo. Se eu receber a informação de que se trata de um tributo que terei que pagar, toda vez que melhorar minha residência, seguramente serei contra. Se me disserem que é uma devolução de parte do meu imposto já pago, para melhorar minha casa, provavelmente serei a favor. Note bem que estamos apenas falando de informação, não de instrução, educação, discernimento, critério ou conhecimento. Essa ressalva é importante, porque há um enorme preconceito que procura vincular instrução, educação, renda, fortuna ou posição social com a maior capacidade de melhor discernir ou de votar melhor ou mais corretamente”<sup>1</sup>.

A informação é condição para a democracia. A informação iguala todos, sem exceção, podendo exercer o poder de forma igualitária. Quem tem informação consegue votar melhor, não vende seu voto, não fica alienado, sabe discutir e argumentar de forma sensata. O problema é quando a informação chega de forma distorcida. Dalmo de Abreu Dallari, em seu livro *Elementos de Teoria Geral do Estado* fala sobre o plebiscito como um sistema democrático de participação popular, onde o povo pode diretamente expressar a sua vontade em relação a determinado assunto. Mas ele diz que “o povo poderá ser mais facilmente enganado e envolvido do que nos Parlamentos, pois não é difícil direcionar o plebiscito, fazendo a consulta sem dar ao povo os elementos necessários para uma decisão bem informada e consciente”.<sup>2</sup>

A democracia se traduz em uma descentralização do poder, no qual ele é retirado das mãos de uma ou de poucas pessoas e distribuído de forma igualitária nas mãos do povo sem qualquer discriminação, excetuando, claro, os incapazes de responderem por si mesmos. Portanto, pode-se dizer que a informação torna-se uma das pedras basilares para o exercício da democracia. A informação tem a função de tornar os cidadãos mais aptos a opinar, decidir e agir de forma mais prudente, possibilitando que o exercício da cidadania seja efetuado de modo mais eficaz.

<sup>1</sup> NOGUEIRA FILHO, Octaciano da Costa., 2006. p. 246, O Profº Octaciano Nogueira é Bacharel pela Faculdade Nacional de Direito da antiga Universidade do Brasil, atual UFRJ; Bacharel e Licenciado em História pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras pelo CEUB, no DF e Especialista pelo Instituto de Estudos Políticos e Sociais da PUC- Rio de Janeiro.

<sup>2</sup> DALLARI, Dalmo de Abreu, 2011, p. 154

Informações como a quantidade de recurso financeiro a ser gerida pelo Poder Executivo, a forma como esse dinheiro é gasto, as intenções e as alianças de cada membro do Poder Legislativo podem ampliar a visão dos cidadãos dentro do seu contexto social, como também levá-los a uma decisão mais apropriada na escolha de seus representantes, além de proporcionar o conhecimento dos atos praticados por estes no cumprimento do seu dever. Como consequência os representantes e eleitores poderão atingir o conhecimento suficiente para realizarem a parte que cabe a cada um, de forma consciente e responsável.

Vale ressaltar, que a população deve estar atenta às informações consistentes, e dos procedimentos necessários que colaboram para o entendimento dos mecanismos políticos, facilitando o conhecimento das aplicações de verbas públicas, escolhas de bons programas, possibilitando sugerir outras aplicações e fiscalizar os possíveis desvios, pois na sociedade brasileira, é comum ver pessoas inconformadas com a corrupção dizerem frases de efeito, que decorrem da superficialidade das informações. Em consequência, inflamam os sentimentos dos indivíduos, afastam-nos da política e com isso pouco contribuem para o amadurecimento e a efetivação da democracia.

Para acompanhar as verbas públicas, a Internet tem sido uma ferramenta poderosa e democrática, uma vez que não existem mediadores entre a emissão da informação e a sua chegada ao grande público. Diversos são os meios que tem por objetivo esclarecer a população a sua responsabilidade na atuação fiscal dos gastos públicos. Entre muitos outros, citam-se: [www.asclaras.gov.br](http://www.asclaras.gov.br), [www.cgu.gov.br](http://www.cgu.gov.br), [www.copatransparente.gov.br](http://www.copatransparente.gov.br), [www.transparencia.org.br](http://www.transparencia.org.br), [www.sigabrasil.gov.br](http://www.sigabrasil.gov.br) etc.

À medida que essas informações adentrarem na vida cotidiana do cidadão, surgirá também o interesse em se mobilizar, protestar e pressionar os ocupantes de altos cargos a agirem conforme o interesse coletivo, a exemplo do que ocorre com o futebol, quando dirigentes de clubes são flagrados em esquemas de corrupção ou quando o time não apresenta resultado satisfatório, os torcedores apaixonados não medem esforços para reivindicar melhorias.

É importante mencionar que as fontes de informação presentes em um governo democrático devem ser diversificadas para não correremos o risco de haver um monopólio da informação. Porquanto, quando a informação se concentra na mão de um grupo, esse tende a usá-la como instrumento de manipulação e fazer do povo uma massa disforme e sem vontade própria. Essa tática foi usada por Mao Tse-Tung, em seu governo déspota na China, quando dizia que a produção de alimentos batia recorde, querendo justificar a ditadura. Tal mentira

culminou em uma catástrofe, quando, entre 1958 e 1961, o povo chinês passou pela maior crise de fome já vista na história e milhões de chineses morreram sem ter o que comer (há quem estime o número em 50 milhões)<sup>3</sup>. Esse desastre decerto não ocorreria num regime em que o povo detivesse as informações reais, entenda-se, um regime democrático. Pois como bem escreveu Robert A. Dahl “Como poderiam os cidadãos participarem realmente da vida política se toda informação que pudessem adquirir fosse proporcionada por uma única fonte – o governo, digamos- ou por exemplo, um único partido, uma só facção ou um único interesse?”<sup>4</sup>

Desta forma, a democracia somente poderá ser exercida, quando as informações não forem manipuladas, não chegarem aos cidadãos de forma distorcida. Para que haja uma participação efetiva, precisamos também de uma informação bem colocada e bem distribuída, de modo que todos possam obter esta informação para melhor exercer o seu direito a democracia. É necessário ter fontes diversificadas de informações. Por isso, a premente necessidade de suprir a todos com a informação necessária, ensejando a ampla participação da população. Nas discussões políticas somente com o conhecimento é possível combater a ideologia massificadora instaurada pela minoria, impossibilitando voz e vez da maioria. Esse elemento quando ativo e presente na sociedade possibilita a transformação desejável, provocando uma consciência das lutas de classes, combatendo as formas de dominação ideológica que sofrem todos os meios de comunicação. A informação, portanto, é uma das condições mais necessárias à instituição democrática, por colocar como ponto principal o conhecimento de forma igualitária e acessível, realizando um processo inclusivo do exercício da cidadania, de forma real e igualitária. Afinal, todos são iguais perante a lei.

Percebemos então que da informação clara, em linguagem compreensível depende uma decisão responsável por parte de qualquer cidadão. E a questão da decidibilidade em qualquer circunstância deve ser precedida da prerrogativa e da possibilidade de acesso à clara informação. Somente desta forma poderemos exercer uma cidadania que culminará na construção de uma verdadeira democracia.

A democracia está presente em vários Estados, no entanto ela não tem como característica a unicidade. Este conceito de democracia demonstra que ela também é dependente de uma unicidade da informação.

---

<sup>3</sup> WERTH, Stéphane Courtois, Nicolas, BARTOSEK, Jean-Louis Panné, Andrzej Paczkowski, Karel e MORGOLIN, Jean-Louis, O Livro Negro do Comunismo: Crimes, Terror e Repressão, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil Ltda, 2005. Pág. 583

<sup>4</sup> DAHL, Robert A., 2001, p. 111

A informação surge como a necessidade primeira do desenvolvimento democrático, tão importante quanto foi a própria comunicação para o desenvolvimento da civilização.

Segundo Habermas, citando Taylor,

De acordo com a concepção republicana, o status dos cidadãos não é determinado segundo o modelo das liberdades negativas, que eles podem reivindicar como pessoas em particular. Os direitos de cidadania, direitos de participação e comunicação política são, em primeira linha, direitos positivos. Eles não garantem liberdade em relação à coação externa, mas sim a participação em uma prática comum, por meio de cujo exercício os cidadãos só então se tornam o que tentam ser – sujeitos politicamente responsáveis de uma comunidade de pessoas livres e iguais.<sup>5</sup>

Atualmente, o crescente avanço tecnológico mudou as formas de discussão, produção e organização das informações, garantindo aos interessados nos diversos assuntos maior possibilidade de conhecimento dos fatos em tempo real. Ideal seria que toda essa tecnologia fosse utilizada na busca de conhecimento voltado para o desenvolvimento político e social dos participantes do sistema democrático. Percebemos que ainda há uma deficiência cultural em nossa sociedade quanto à importância da conscientização política, da noção de cidadania. Não há interesse dos participantes em uma atuação capaz de gerar um retorno social efetivo.

Por conseguinte, há necessidade de colocar os cidadãos mais em contato com os mecanismos de informação, pois desta forma desenvolveriam um espírito crítico, e com isso surgiriam maiores indagações e a busca por respostas cada vez mais frequentes. Assim, começariam a buscar informação, e então, dependendo da situação ocorreria indignação, ou vontade de fazer algo melhor, o que surtiria em atitudes e movimentos, que desencadeariam no aperfeiçoamento das instituições democráticas exercidas pelo povo.

É sabido que um dos locais onde se pode alcançar com êxito o incentivo para a busca permanente e a propagação desse tipo de informação, facilitando na formação de cidadãos conscientes da significação desse conceito é a escola. Quanto mais cedo os cidadãos tiverem acesso à informação da força política que possuem no sistema democrático de direito, de sua capacidade de votar e ser votado, dos deveres e direitos que possuem como cidadão, maiores são as chances de mudança efetiva, da correção de falhas existentes e da aproximação dos seus reais objetivos democráticos.

A informação antes de tudo deve ser procurada, encorajada e divulgada para que todos os interessados tenham acesso e possam usá-la para fazer jus à condição de cidadão em um verdadeiro Estado Democrático de Direito, agindo de forma coerente com as necessidades da

---

<sup>5</sup> HABERMAS, 2002, p. 272

sociedade. Democracia não é simplesmente o direito de votar e ser votado, é o direito de participar e de influenciar em todos os aspectos políticos e econômicos de uma nação. É o poder do povo para o povo. Segundo Denis L. Rosenfield em seu livro “A Questão da Democracia”: “O direito de voto apesar de ser uma das mais importantes conquistas operárias do século XIX, pode tornar-se um simples ritual, deixando intacta a estrutura política e social se ele não vier acompanhado de outras formas de intervenção política”<sup>6</sup>.

## 2. Igualdade de condições

Para que possamos alcançar a plenitude da Democracia ou a sua eficácia, outro requisito ou pressuposto é indispensável. Qual seja a “Igualdade de Condições”. Essa igualdade diz respeito a um momento em que as pessoas possam discutir e deliberar soluções em um mesmo nível; um momento em que “todos terão garantidas oportunidades para discutir, adotar negociar e procurar soluções conciliatórias, que nas melhores circunstâncias poderiam levar a uma lei que todos considerariam satisfatória”<sup>7</sup>. A condição de igualdade, como requisito para a democracia, não se refere à igualdade social, mas justamente igualdade na condição de participação, de discussão, de ter sua opinião ouvida e respeitada, a verdadeira “isogoria” grega, onde todos tinham o direito de expor suas ideias e vê-las discutidas, aceitas ou não.

Na viagem de Alexis de Tocqueville à América (EUA) no séc. XIX para estudar a forma de governo americana (a democracia), nenhum objeto o impressionou mais vivamente do que a igualdade de condições. Tocqueville saiu de uma sociedade aristocrática para entrar em uma democrática e ficou maravilhado com a igualdade de condições presente na então chamada “Nova Inglaterra”. Na América, não havia as divisões de classes presentes na sociedade francesa; eram todos socialmente iguais, não existiam nobres ou plebeus e o sentimento de igualdade por parte de todos era tão espontâneo que parecia natural. Com a igualdade de condições presente nesta sociedade, todos tinham oportunidades de buscar o ofício que mais lhe atraísse e conseguir meios de subsistência dignos. Claro que havia pessoas com melhores recursos financeiros, mas essas pessoas não eram tidas como superiores. Nas palavras de Tocqueville: “Não me custou perceber a influência prodigiosa que essa realidade primária exerce sobre a marcha da sociedade; ela dá à opinião pública uma direção definida, uma tendência certa às leis, máximas novas aos governos e hábitos peculiares aos

<sup>6</sup> ROSENFELD, Denis L., 1984, p. 23/24

<sup>7</sup> DAHL, Robert A., p. 67

governados”<sup>8</sup>.

Na visão de Tocqueville, a democracia consiste na igualdade das condições. Uma sociedade democrática é aquela em que não existem ordens e classes que separam os indivíduos. Estes formam toda a coletividade, cada um com sua diversidade presente e sendo respeitada por todos. Aron, se referindo a Tocqueville, diz que:

A seus olhos, a democracia consiste na igualização das condições. Democrática é a sociedade onde não subsistem distinções de ordens e de classes: em que todos os indivíduos que compõem a coletividade são socialmente iguais, o que não significa que sejam intelectualmente iguais, o que é absurdo, ou economicamente iguais, o que, para Tocqueville, é impossível. A igualdade social significa a inexistência de diferenças hereditárias de condições; quer dizer que todas as ocupações, todas as profissões, dignidades e honrarias são acessíveis a todos. Estão portanto implicadas na ideia da democracia a igualdade social e, também, a tendência para uniformidade dos modos e dos níveis de vida<sup>9</sup>.

Desta forma, igualdade de condições não significa que todas as pessoas devam ser iguais em todos os sentidos, mas que possamos dar a todos as mesmas condições de acesso ao poder e às informações, aos benefícios, ao voto, entre outros.

A igualdade de condições é como se fosse o cerne de toda a sociedade democrática, como se tal igualdade fosse a própria essência da democracia, conforme o trecho abaixo escrito por Tocqueville.

Dessa forma, à medida que estudava a sociedade americana, via cada vez mais, na igualdade de condições, o fato essencial, do qual parecia descender cada fato particular, e o encontrava constantemente diante de mim, como um ponto de convergência para todas as minhas observações.<sup>10</sup>

A sociedade democrática em seus traços estruturais era definida pelo desaparecimento sequencial das diferenças de classe e pela igualdade crescente das condições de vida.

Na democracia, predomina a movimentação social onde cada indivíduo tem a possibilidade ou a perspectiva de “ascender” em sua carreira profissional, social e pessoal. Uma sociedade em que este crescimento é possível tende a permitir uma ascensão igualitária para toda a humanidade. A ideia de ascensão é quase filosófica em uma sociedade democrática.

Portanto, a igualdade de condições não se remete a igualdade econômica e sim a valores éticos e morais presentes em uma cidadania democrática onde os cidadãos acreditam que são iguais em suas diferenças. A democracia se faz diante de um progresso do individualismo. Divulgados e conhecidos por todos os direitos individuais, o gosto pela liberdade é corrompido pelo desejo à igualdade, que favorece a divulgação de um espírito

<sup>8</sup> TOCQUEVILLE, Alexis de, 2010, p. 39

<sup>9</sup> TOCQUEVILLE, Alexis de, 2010, página do livro não está numerada o trecho se situa logo após dados biográficos do trecho com título a Democracia e seus suportes.

<sup>10</sup> TOCQUEVILLE, Alexis de, 2010, p. 39



maior e conformista. Por força de proclamar os direitos para todos, a sociedade acaba por querer reivindicar por uma “igualdade” de condições em todos os setores da vida em sociedade.

No prefácio de sua obra, Tocqueville deixa claro que o foco central é dizer que a maior característica, irresistível e universal, da democracia no mundo é a condição de igualdade. Segundo o autor:

O gradual desenvolvimento da igualdade é uma realidade providencial. Dessa realidade, tem ele as principais características: é universal, é durável, foge dia a dia à interferência humana; e, para seu progresso, contribuíram todos os acontecimentos, assim como todos os homens. Seria prudente imaginar que um movimento social de tão remotas origens pudesse ser detido por uma geração? Pode-se conceber que, após ter destruído o sistema feudal e vencido os reis, irá a democracia recuar ante a burguesia e a classe rica? Agora que se tornou tão forte, e tão frágeis os seus adversários, deter-se-á ainda?<sup>11</sup>

Tocqueville ressalta ainda que a ação recíproca é primordial para a consolidação do sentimento comunitário.

Os sentimentos e as ideias não se renovam, o coração não cresce e o espírito não se desenvolve a não ser pela ação recíproca dos homens uns sobre os outros”. Da mesma forma, “para que os homens permaneçam civilizados ou assim se tornem, é preciso que entre eles a arte de se associar se desenvolva e aperfeiçoe na medida em que cresce a igualdade de condições.<sup>12</sup>

Já segundo Robert A. Dahl a democracia pode surgir de uma “lógica de igualdade”, ou seja, a partir do momento em que os cidadãos se sentem socialmente iguais surge a convicção de que os assuntos pertinentes à sociedade devem ser discutidos conjuntamente. Dahl diz:

Suponhamos que um bom número de membros do grupo, talvez os mais idosos da tribo, vejam-se como bastante iguais, estando bem qualificados para dar uma palavra em seu governo. Em tais circunstâncias, acredito que seja provável emergirem tendências democráticas. Um impulso para participação democrática desenvolve-se a partir do que poderíamos chamar de lógica de igualdade.<sup>13</sup>

Além dos benefícios citados acima trazidos pela igualdade de condições pode-se concluir com a citação abaixo de Habermas que através da igualdade de condições que marca uma sociedade com ideais de justiça, liberdade e igualdade fomenta-se outro grande pilar que atua na manutenção de uma sociedade equilibrada longe de situações que possam lhe causar rupturas, o qual é a solidariedade.

Segundo a concepção “republicana”, a política não se confunde com essa função mediadora; mais do que isso, ela é constitutiva do processo de coletivização social como um todo. Concebe-se a política como forma de reflexão sobre um contexto de vida ético. Ela constitui o medium em que os integrantes de comunidades solidárias

<sup>11</sup> TOCQUEVILLE, Alexis de, 2010, p.41

<sup>12</sup> TOCQUEVILLE, Alexis de, 1987, p. 393/394

<sup>13</sup> DAHL, Robert A, 2001, 20

surgidas de forma natural se conscientizam de sua interdependência mútua e, como cidadãos, dão forma e prosseguimento às relações preexistentes de reconhecimento mútuo, transformando-as de forma voluntária e consciente em uma associação de juriconsortes livres e iguais. Com isso, a arquitetura liberal do Estado e da sociedade sofre uma mudança importante. Ao lado da instância hierárquica reguladora do poder soberano estatal e da instância reguladora descentralizada do mercado, ou seja, ao lado do poder administrativo e dos interesses próprios, surge também a solidariedade como terceira fonte de integração social.<sup>14</sup>

Assim, igualdade de condições seria a situação em que todos os problemas fossem vistos como importantes. Situação em que as propostas seriam ouvidas por mais que parecessem em primeira mão absurdas ou irrelevantes. Para tanto, há necessidade de considerar cada indivíduo como ser único e garantir seus direitos, aceitando suas diversidades, faz com que a sociedade caminhe em direção a um Estado Democrático de Direito prevalecendo as prerrogativas existentes no preâmbulo da Constituição da República Federativa do Brasil.

O cidadão deve ter o mesmo poder de decisão do seu representante político, mesmo a Democracia sendo representativa não retira o direito do real detentor do poder de exercer em sua plenitude aquilo que lhe pertence originariamente. Todas as constituições ditas “modernas” prescrevem a alusão de que “todo o poder emana do povo”, momento máximo do exercício da soberania popular. Desta forma, podemos concluir que a voz e o voto do cidadão devem ter um peso ainda maior do que de seu representante.

Por fim, a igualdade de condições parece ser uma necessidade própria do ser humano; tão desejada quanto a liberdade, a igualdade de condições é como se fosse a mola propulsora para a existência do regime democrático. Portanto, pode-se deduzir que, onde não há um mínimo possível de igualdade de condições, não há democracia, pois, se houver uma classe que se considera superior à outra, não existirá a possibilidade de deliberações pertinentes aos assuntos sociais, porque tal classe tida como superiora se achará no direito de impor a sua opinião, oprimindo a classe tida como inferior, o que conseqüentemente nos levará a decisões equivocadas e distantes dos anseios e necessidades da maior parte da população impossibilitando um governo democrático.

### 3. Participação

A participação na democracia vai muito além do direito de protesto, de fazer greves e reivindicar direitos. Participar é poder discutir, debater assuntos governamentais para se chegar a uma conclusão que mais agrade, de forma consensual. Participar é se envolver com

---

<sup>14</sup> HABERMAS, 2007, p. 278

os assuntos sociais, preocupar-se com o andamento do Estado, é buscar mecanismos para que todos possam ser ouvidos, tratados como indivíduos capazes de fazer algo de bom para a administração governamental de seu país.

Nas primeiras democracias a participação dos cidadãos se fazia de forma bem expressiva. Em Atenas e em Roma cidadãos se reuniam em praças públicas para discutir assuntos de interesse do bem comum, e escolhiam as pessoas que se ocupariam das funções públicas nessas mesmas reuniões. No entanto, o sufrágio não era universal, excluía-se dessas assembleias as mulheres e os escravos.

Com o passar dos tempos essa democracia denominada por alguns como “democracia direta”, aquela em que cidadãos detinham todo o poder em suas mãos, podendo opinar livremente sobre os assuntos sociais, foi se desgastando. Em Atenas, por exemplo, a democracia terminou com o domínio de outras cidades-estados. Em Roma o princípio democrático também estava presente, porém o crescimento populacional e territorial foram bem significativos, ao ponto de inviabilizar as reuniões, pois era difícil o deslocamento e praticamente impossível achar um local que comportasse tantas pessoas para discutir assuntos políticos.

Para Montesquieu a democracia é simplesmente impossível em países de grande escala, justamente pela dificuldade de se manter uma população ativa e integrada nos assuntos sociais. Tocqueville, por outro lado, identifica na América do Norte, nas suas numerosas colônias inglesas uma democracia vívida. Não havia líderes, todos participavam e decidiam assuntos de interesse comum, de uma forma muito espontânea como se a democracia já estivesse irrigada na natureza daqueles homens que saíram da Inglaterra na esperança de encontrar uma vida mais justa e igualitária.

Dentro da ideia de democracia presente nesse artigo é de se julgar que sem participação fica impossível valer-se de uma democracia plena, pois em sua origem etimológica a palavra democracia significa governo do povo, o que caracteriza a participação como parte da essência da própria democracia. Diante desse contexto é de se pensar que a democracia em nossa atual realidade encontra-se no mínimo em crise, pois o contrário de um Estado Democrático, seria um Estado Absolutista, cujo governo encontra-se nas mãos de um só soberano, sendo que na democracia todos detêm uma parcela do poder. Ocorre que é claro o desinteresse por parte da população em participar dos assuntos políticos pertinentes ao nosso Estado. Sem a participação fica praticamente impossível exercer esse poder conferido a todos os cidadãos pela Constituição da República Federativa do Brasil, resultando na anulação deste poder. No entanto, antes ocorresse a anulação desse poder do que a sua transferência,

acontece que além de não usarmos deste instrumento útil para se evitar a tirania manifestada de inúmeras formas, nós o transferimos para os nossos representantes eleitos, vivenciamos então a famosa “democracia representativa”.

Importante analisar as razões deste problema. Diante de algumas ideias superficiais percebe-se com clara evidência que a população preocupa-se muito mais com os bens materiais do que com qualquer outra questão. O capitalismo dominante nas sociedades democráticas serve para aumentar o poder econômico dos cidadãos, tornando-os escravos de uma sociedade com uma cultura consumista e hedonista. O capitalismo, por sua vez, traz a ideia de liberdade camuflada atrás de vícios econômicos alimentados por uma publicidade massificadora. Nessa sociedade capitalista desencadeiam-se desigualdades sociais onde o foco subdivide-se entre a própria subsistência para uns e o luxo para outros. Neste cenário, esquece-se de assuntos políticos, sociais e governamentais.

A partir deste ponto poderíamos dizer que estamos caminhando para uma tirania, porque a displicência do próprio povo centraliza o poder nas mãos de poucos, melhor dizendo, dos nossos representantes. Contudo, o fato é que a nossa constituição que foi feita para sufocar o período da ditadura ao qual o Brasil saía em meados dos anos 80, o fez de forma consistente. Ditadura expressa em um golpe de Estado, com grande mudança nas leis constitucionais realizadas sem o envolvimento de uma assembleia legítima.

Acredita-se que há outros motivos que expliquem a falta de motivação do cidadão em participar das decisões políticas, um deles é a descrença com a atual política, os cidadãos acreditam que suas atitudes e ações não são capazes de melhorar a situação de sua comunidade, e com isso, mudar a realidade. A desigualdade na distribuição de renda, os elevados índices de pobreza, notícias de corrupção, tudo isso gera grande insatisfação e apatia por parte dos cidadãos diante da política.

Contudo, é inegável que existe previsão legal de participação dos cidadãos nas decisões políticas, que devem ser exercidas cada vez mais para atingirem a sua plenitude. Para uma participação mais ativa se faz necessário a criação de mecanismos para o desenvolvimento de uma verdadeira democracia.

Atualmente a representação política é exercida através de partidos políticos, outras manifestações podem ser realizadas por meio de entidades comunitárias, sindicais e religiosas. Envio de artigos e cartas aos meios de comunicação expondo ideias e reivindicações. Temos também a previsão de referendos e plebiscitos. A partir desse ponto encontra-se uma forma de participação política mais horizontalizada e flexível na qual pode-se exigir uma transparência nas ações governamentais.

A consciência da necessidade de participação por parte dos cidadãos deve ser implantada desde seu período escolar fundamental, a politização de cada indivíduo se faz imprescindível para a manutenção de um sistema democrático. Pode-se dizer através de uma análise positiva, que estamos passando por uma fase onde os cidadãos na maioria das vezes são inertes ao sistema público, no entanto, com o passar do tempo surgirá o amadurecimento político, possibilitando maior consciência e uma vida política mais ativa. Para isso, cada cidadão deve fazer a sua parte, uma ação gera uma reação, que gera outra e outra.

Para a ocorrência de um processo democrático legítimo é necessária a participação efetiva dos membros de uma sociedade. Para que a participação efetiva ocorra, antes de ser deliberada e adotada uma política pela associação, os membros devem ter oportunidades iguais e efetivas para fazer os outros participantes conhecerem suas opiniões sobre qual deveria ser esta política.

A participação é um quesito que está intimamente ligado a outro princípio citado anteriormente, que é a igualdade de condições. Para que a população tome determinada decisão, todos devem estar igualados nas condições de conhecimento e discussão, ter informação sobre os fatos e fundamentos para que possam participar, tomando uma decisão consciente. Mas não basta apenas ter igualdade de condições para que o exercício da democracia ocorra. É necessário também que haja a motivação em participar, que se resume na vontade e na determinação em contribuir na decisão a ser tomada.

Geralmente quando se fala em participação em um Estado Democrático de Direito, restringe-se esta apenas nas eleições, momento em que escolhemos os nossos governantes. Mas a participação vai muito além disto. A democracia demanda sujeitos ativos, que buscam minimizar as desigualdades sociais, que lutam pelos seus direitos durante todo o tempo, não apenas durante as eleições, acompanhando a trajetória dos candidatos eleitos, verificando se os mesmos estão atuando de forma íntegra, se as decisões que estão sendo tomadas são as melhores para a sociedade como um todo.

É incessante a busca pela forma de governo que melhor atenda aos interesses do povo, pois as sociedades precisam de líderes para que se estabeleça a ordem e a segurança pública. Para que a forma democrática de governo seja ideal, é necessária a participação popular em todas as instâncias da coisa pública. O cidadão deve ter a liberdade de proteger os seus próprios interesses.

Por outro lado, ainda que haja participação popular nas questões públicas, isso não exime a possibilidade de haver interesses não atendidos. Mas, é importante enfatizar que a ausência de participação faz com que os interesses dos cidadãos sejam lesionados. Em outras

palavras, a participação do povo é condição necessária e não suficiente para a efetivação da democracia.

Nos regimes que, por sua natureza, não são democracias, é da maior importância que os cidadãos, em número tão grande quanto possível e segundo modalidades jurídicas muito precisas que respeitem sua igualdade política, participem, com sua presença nas assembleias e nos conselhos, do governo, da República e zelem para que “as leis fundamentais” do Estado não sejam violadas. Em suma, monarquia e aristocracia só funcionam bem se forem democraticamente governadas.

Por fim, há necessidade do desenvolvimento da consciência de participação e dos seus benefícios para toda a comunidade, por parte dos atores desse processo, que são os verdadeiros legitimados e detentores do poder democrático. Precisamos tentar compreender as exigências para o desenvolvimento da democracia e satisfazê-las de forma permanente.

## Referências

DAHL, Robert A.: *Sobre a democracia*. tradução de Beatriz Sidou Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

DALLARI, Dalmo de Abreu. *Elementos de teoria geral do estado*. 30 ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

FABRE, Simone Goyar. *O que é democracia ?*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

HABERMAS, Jurgen. *A inclusão do outro - estudos de teoria política*. 3ª ed. São Paulo: Loyola, 2007.

HIRST, Paul. *A democracia representativa e seus limites*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992.

KELSEN, Hans. *A democracia*. Tradução: Ivone Castilho Benedetti, Jefferson Luiz Camargo, Marcelo Brandão Cipolla, Vera Barkow. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

NOGUEIRA FILHO, Octaciano da Costa. *Introdução à Ciência Política*. Brasília: Senado Federal, Unilegis, 2006.

TOCQUEVILLE, Alexis de. *A Democracia na América*. São Paulo: Folha de São Paulo, 2010.

WERTH, Stéphane Courtois, Nicolas, BARTOSEK, Jean-Louis Panné, Andrzej Paczkowski, Karel e MORGOLIN, Jean-Louis, *O Livro Negro do Comunismo: Crimes, Terror e Repressão*, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil Ltda, 2005.